Geografia

Estudando Geografia

A Geografia Regional, como o próprio nome aponta, parte de estudos localizados, regionais, pautando-se mais pelas características específicas dos locais do que por generalizações ou raciocínios universais. Algumas correntes de pensamento, inclusive, acreditam na concepção de unir o todo pelas partes, ou seja, sistematizar os conhecimentos regionais para, a partir deles, compreender todo o mundo. Esse pensamento difundiu-se através de Vidal de La Blache, um importante geógrafo francês do final do século XIX e início do século XX.

A Geografia Física, por sua vez, estuda o relevo terrestre, bem como a intervenção da ação humana sobre ele, atuando também em sistemas de planejamento ambiental, agrário e urbano. Essa área sistematiza-se a partir da compreensão de quatro grandes compartimentações da realidade: a litosfera (camada rochosa da Terra), a hidrosfera (os cursos d'água), a atmosfera (o clima e seus efeitos) e a biosfera (as vegetações e a distribuição dos seres vivos).

Já a Geografia Humana é pautada em compreender a reprodução das atividades humanas sobre o espaço, como o crescimento das cidades, a dinâmica do espaço econômico, o meio agrário e rural, as dinâmicas demográficas, entre outros temas.

Além disso, existem alguns conceitos que, juntamente ao espaço geográfico, constituem-se como o cerne do pensamento geográfico, com destaque para os seguintes temas: território, lugar, paisagem e região.

O território é, basicamente, o espaço apropriado pelas relações de poder ou pertencimento. Ele pode apresentar fronteiras naturais, políticas e culturais, nem sempre fixas ou plenamente visíveis. Ele possui diferentes formas que variam com o tempo e com a área de abrangência, além de também se apresentar estruturado em redes, a exemplo dos territórios dos traficantes, que se estruturam em células interligadas que se constituem em diferentes lugares.

O lugar forma um característica mais compreensiva, sendo considerado como o espaço conforme a percepção humana, constituindo-se a partir de relações de afeição e identidade. Um exemplo de lugar, para uma pessoa, é a fazenda onde ela passou a infância ou a rua onde se encontrava a sua escola.

A paisagem é, grosso modo, a expressão externa no espaço ou a forma como este é apreendido pelos sentidos humanos: visão, audição, paladar, tato e olfato. Ela representa tudo aquilo que o ser humano pode ver, tocar, cheirar, sentir e experimentar. Alguns exemplos são a paisagem das cidades, do meio rural, das construções, entre outras.

A região é a compartimentação do espaço a partir de um critério previamente estabelecido. É possível regionalizar, por exemplo, a área de uma cidade conforme a renda média dos habitantes ou com base nos diferentes costumes culturais ou feições do relevo. Trata-se, então, de uma apreensão intelectual da realidade.

A cartografia é a área do conhecimento que se preocupa em estudar, analisar e produzir mapas, cartogramas, plantas e demais tipos de representações gráficas do espaço. Trata-se, portanto, de um conjunto de técnicas científicas e até artísticas que visa à elaboração de documentos que representem de forma reduzida uma determinada localidade.

Apesar de contar, atualmente, com avançadas técnicas e modernos equipamentos, essa é uma prática extremamente antiga, pois existe desde que o homem aprendeu que seria melhor conhecer os lugares desenhando-os em pedaços de rochas. O mais antigo mapa que se tem notícia tem 4500 anos e provavelmente foi produzido pelos povos babilônicos. Ele foi produzido em uma placa de argila e representa, provavelmente, a área do vale do Rio Eufrates.

Com o passar dos tempos, as técnicas cartográficas foram se aprimorando, principalmente durante o período das grandes navegações, em que os europeus utilizavam mapas para encontrar novos caminhos marítimos e descobrir novos territórios. Temos aí a constituição da Cartografia como ciência moderna. A evolução, no entanto, não parou por aí, de forma que as técnicas cartográficas tornaram-se mais aprimoradas, especialmente durante períodos de guerra e de grandes revoluções científicas.

No século XX, uma nova era estabeleceu-se na cartografia com o uso de fotografias aéreas para auxiliar a produção dos mapas, uma técnica denominada por aerofotogrametria. Pouco tempo depois, a Terceira Revolução Industrial propiciou o desenvolvimento de procedimentos ainda mais avançados.

Nos dias de hoje, graças aos avanços realizados no âmbito dos meios informacionais, a produção de mapas conta com complexas técnicas de elaboração e representação, envolvendo computadores, satélites, softwares e muitos outros equipamentos.

Mas o que é Geografia? O que ela estuda?

Atualmente, no contexto da evolução dos pensamentos científicos, é difícil avaliar e afirmar, com certeza, o que uma área estuda e a outra não, pois não há um objeto específico para cada área do saber (o que justifica ainda mais a

constante busca pela interdisciplinaridade). No entanto, grosso modo, podemos dizer que a Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico, isto é, o espaço produzido pelo homem e sua relação com o meio natural. Com essa definição, a Geografia posiciona-se exatamente na fronteira entre os conhecimentos humanos e os conhecimentos dos fenômenos naturais.

Os estudos sobre os solos, aliados à compreensão de processos como o intemperismo e a erosão, referem-se, principalmente, ao comportamento natural desses fenômenos e à forma com que o ser humano os influencia. Além disso, existem outras questões, como aquelas referentes à Biologia (remoção da camada superficial dos solos), outras referentes à Química (a estrutura química dos solos e as técnicas bioquímicas de utilização dos solos em atividades agrícolas) e outras referentes à História (contextos históricos de ocupação e regulamentação das atividades no meio rural).

Quando estudamos Cartografia, compreendemos as formas e técnicas de representação do espaço, com temas como as projeções cartográficas e muitos outros. Nesse aspecto, podemos encontrar algumas relações com a Matemática, sobretudo no que se refere ao estudo e cálculo da escala e dos fusos horários.

Hidrografia

Estampa de geografia, hidrografia e navegação, pertencente à Cyclopaedia, de 1728

Hidrografia é uma parte da geografia física que classifica e estuda as águas do planeta Terra.

O objeto de estudo da hidrografia é a água da Terra, abrange portanto oceanos, mares, geleiras, água do subsolo, lagos, água da atmosfera e rios. A maior parte da água está concentrada em oceanos e mares – 1 380 000 000 km³ –, correspondendo a 97% da reserva hídrica do mundo. As águas continentais possuem um volume total de 38 000 000 km³, valor que representa 2,7% da água do planeta Terra.

Maiores bacias hidrográficas

As maiores bacias hidrográficas do mundo são as seguintes, de acordo com nome; localização e área (km²):

Bacia do rio Amazonas, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil, 7 050 000;

Bacia do Congo, Congo, 3 690 000;

Bacia do Mississippi, EUA e Canadá, 3 328 000;

Bacia do rio da Prata, Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina, 3 140 000;

Bacia do Obi, Federação Russa, 2 975 000;

Bacia do Nilo, Uganda, Tanzânia, Ruanda, Quénia, República Democrática do Congo, Burundi, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia e Egito, 2 867 000;

Bacia do rio São Francisco, Brasil, 2 700 000;

Bacia do Ienissêi, Federação Russa, Mongólia, 2 580 000;

Bacia do Níger, Nigéria, 2 090 000;

Bacia de Amur, Federação Russa, 1 855 000;

Bacia do Rio Amarelo, China, 1 807 199.

Bacia do Rio Toraxischamun, Chile

Maiores oceanos e mares[editar | editar código-fonte]

Os maiores oceanos do mundo são os seguintes - Nome, área (km²) e profundidade máxima (m):

Oceano Pacífico, 179 700 000, 11 020;

Oceano Atlântico, 106 100 000, 7758;

Oceano Índico, 73.556.000 km², 7.455;

Mar Glacial Ártico, 14 090 000, 5450;

Mar do Caribe (ou Mar das Caraíbas), 2 754 000, 7680;

Mar Mediterrâneo, 2 505 000, 5020;

Mar da Noruega, 1 547 000, 4020;

Golfo do México, 1 544 000, 4380;

Baía de Hudson, 1 230 000, 259;

Mar do Norte, 580 000, 237;

Mar Negro, 413 000, 2243;

Mar Báltico, 420 000, 463;

Mar da China Meridional, 3 447 000, 5560;

Mar de Okhotsk, 1 580 000, 3372;

Mar de Bering, 2 270 000, 4191;

Mar da China Oriental, 752 000 2720;

Mar Amarelo, 417 000, 105;

Mar do Japão, 978 000, 4230;

Golfo de Bengala, 2 172 000, 5258;

Mar Vermelho, 440 000, 2600.

Maiores rios

A seguir, os maiores rios do mundo - Nome, localização, extensão (km) e foz:

Rio Nilo, Egito, 6 852 km, Mar Mediterrâneo, com

Rio Amazonas, Brasil, 6 400 km, Oceano Atlântico;

Rio Yangtzé, China, 5.800, Mar da China;

Mississippi-Missouri, EUA, 5.620, Golfo do México;

Rio Ob, Federação Russa, 5.410, Golfo de Obi;

Rio Amarelo, China, 4.845, Mar Amarelo;

Rio Mekong, China, 4.500, Mar da China;

Rio Amur, Federação Russa, 4.416, Estreito da Tartária;

Rio Lena, Federação Russa, 4.400, Mar de Laptev/Ártico.

Maiores lagos

Na sequência, os maiores lagos do mundo - Nome, localização, área (km^2) e profundidade máxima (m):

Mar Cáspio, Oeste da Ásia e Leste da Europa, 371 000, 1.025;

Lago Superior, EUA/Canadá, 84 131, 906;

Lago Vitória, Uganda/Tanzânia/Quênia, 68 100, 73;

Lago Huron, EUA/Canadá, 61 797, 229;

Lago Michigan, EUA, 58 016, 281;

Mar de Aral, Cazaquistão/Uzbequistão, 41 000, 68;

Lago Tanganica, Congo (ex-Zaire)/Zâmbia/Burundi/Tanzânia, 32 893, 1435;

Grande Urso, Canadá, 31 792, 90;

Lago Baikal, Federação Russa, 31 500, 1620;

Lago Niassa (Malawi), Malawi/Moçambique, 30 800, 678.

Afluente

Confluência dos rios Werra e Weser, na Alemanha.

Afluente ou tributário são os rios e cursos de água menores que desaguam em rios principais. Um afluente não flui diretamente para um oceano, mar ou lago. Os afluentes e o rio principal servem para drenar uma determinada bacia hidrográfica. Ao ponto de junção entre um rio e um afluente é dado o nome de confluência.

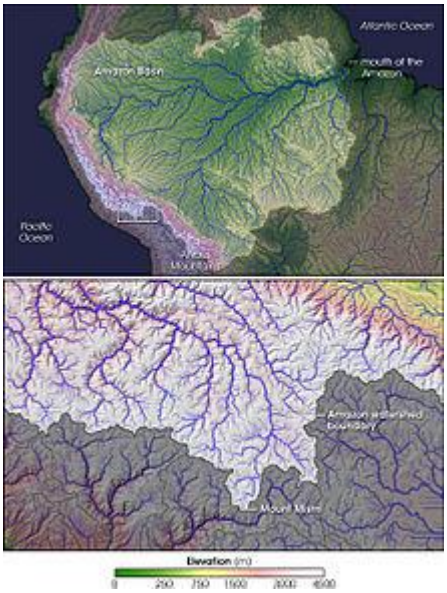
Terminologia

Os afluentes podem ser classificados em afluentes direitos ou esquerdos, atendendo à posição onde se unem ao rio principal quando se está de frente para a foz. Um curso de água que desague num afluente é classificado por subafluente.

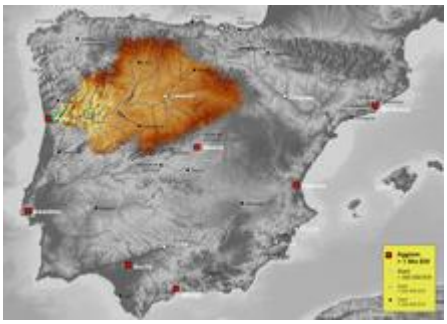
Classificação e ordenamento

Atualmente, a distinção entre rio e afluente numa convergência é feita tendo em conta o caudal (médio ou máximo) de cada um dos cursos de água. No passado, os cursos de água eram classificados tendo em conta a conveniência geográfica, levando a que existam algumas exceções a esta regra. O ordenamento dos afluentes e subafluentes é feito através da utilização da ordem de Strahler.

Bacia hidrográfica



Bacia do rio Amazonas (em inglês).



Bacia hidrográfica do Rio Douro na Península Ibérica.

Bacia hidrográfica ou bacia de drenagem é a extensão ou superfície de escoamento de um rio central e seus afluentes. Situadas em áreas de maiores altitudes do relevo por partidores de água, no qual as águas das chuvas, ou

são drenadas superficialmente gerando os rios e riachos, ou infiltram no solo para formação de nascentes e do lençol freático. Desse modo sua definição tem-se expandido com uma amplitude que supera aspectos hidrológicos, abrangendo o estudo da estrutura biofísica, tal como as transformações nos paradigmas da utilização da terra e implicações ecológicas. Na esfera de um estudo hidrológico, apesar do conceito tácito, ainda existem alternâncias no foco principal, de acordo com a assimilação dos técnicos que o aplicam em seus conhecimentos.

Pode, de forma geral, ser subdividida em dois compartimentos interdependentes, definidos no âmbito da geomorfologia, por uma área de terra firme e uma de planície, de modo que pode ser encontrado o rio central e as regiões inundadas. As áreas aplanadas de uma bacia hidrográfica, desempenham um papel ecológico essencial na gestão dos alagamentos, regulando às jusantes e enchentes do rio central. De modo geral, as regiões inundáveis exercem-se como um eficaz filtro biológico, permitindo que a qualidade do recurso hídrico seja mantida. Este papel na gestão de abundância e qualidade da água deste método é de suma importância não apenas para este compartimento, mas também para toda a bacia hidrográfica, sendo declarado um procedimento estratégico de forma sustentável das atividades sociais e econômicas em termos regionais.

A chuva é a principal responsável pela entrada de água no ciclo hidrológico. Quando precipita, parte dela escoa pelos rios, parte infiltra e o restante evapora ou fica nas folhas da vegetação. Ao longo desse trajeto, a água é utilizada de diversas maneiras, encontrando o mar ao final, onde evapora e condensa em nuvens que seguirão com o vento, reiniciando o ciclo.

Essa área é limitada por um divisor de águas que a separa das bacias adjacentes e que pode ser determinado nas cartas topográficas. As águas superficiais, originárias de qualquer ponto da área delimitada pelo divisor, saem da bacia passando pela seção definida e a água que precipita fora da área da bacia não contribui para o escoamento na seção considerada. Assim, o conceito de bacia hidrográfica pode ser entendido através de dois aspectos: rede hidrográfica e relevo. Em qualquer mapa geográfico as terras podem ser subdivididas nas bacias hidrográficas de vários rios.

Classificação das bacias hidrográficas

Catalogações de especialistas em geografia, de acordo com a maneira como fluem as águas, classificam as bacias hidrográficas em:

Exorreica, quando as águas drenam direta ou indiretamente para o mar;

Endorreica, quando as águas caem em um lago ou mar fechado;

Criptorreica, quando as águas desaguam no interior de rochas calcárias (são porosas), gerando lagos subterrâneos (grutas).

Arreica, quando o rio seca em determinado momento do seu percurso ou quando suas águas se destinam a lençóis freáticos.

A bacia hidrográfica é usualmente definida como a área na qual ocorre a captação de água (drenagem) para um rio principal e seus afluentes devido às suas características geográficas e topográficas.

História

A história do homem sempre esteve muito ligada às bacias hidrográficas: a bacia do rio Nilo foi o berço da civilização egípcia; os mesopotâmicos se abrigaram no vale dos rios Tigree Eufrates; os hebreus, na bacia do rio Jordão; os chineses se desenvolveram às margens dos rios Yangtzé e Huang Ho; os hindus, na planície dos rios Indo e Ganges, apenas para citar os maiores exemplos.

Componentes das bacias hidrográficas

Os principais elementos componentes das bacias hidrográficas são os "divisores de água" (tergos), cristas das elevações que separam a drenagem de uma e outra bacia, "fundos de vale" – áreas adjacentes a rios ou ribeiros e que geralmente sofrem inundações, "sub-bacias" – bacias menores, geralmente de alguma afluente do rio principal, "nascentes" – local onde a água subterrânea brota para a superfície formando um corpo de água, "áreas de descarga" – locais onde a água escapa para a superfície do terreno, vazão, "recarga" – local onde a água penetra no solo recarregando o lençol freático, e "perfis hidrogeoquímicos" ou "hidroquímicos" – características da água subterrânea no espaço litológico.

Às vezes, as regiões hidrográficas são confundidas com "bacias hidrográficas". Porém, as bacias hidrográficas são menores – embora possam se subdividir em sub-bacias (por exemplo: a bacia amazônica contém as sub-bacias hidrográficas dos rios Tapajós, Madeira e Negro), e as regiões hidrográficas podem abranger mais de uma bacia.

O Brasil, dentre vários outros países, possui a maior disponibilidade de água doce do mundo com 12% do volume total do planeta. Toda essa água é utilizada para diversos usos, como abastecimento da população, produção de alimentos, geração de energia elétrica e muito mais. Entretanto sua distribuição ocorre de forma desigual no território, espacial e temporalmente. Tais fatores unidos à utilização da água por distintas atividades econômicas nas bacias hidrográficas brasileiras e os problemas de peculiaridade da água, acarretam em conflitos.

As reservas de água subterrânea do Brasil são calculadas para os aquíferos mais relevantes em cada Região Hidrográfica e para aqueles considerados estratégicos, cujas reservas suprem as principais demandas de água. A extensão da área drenada no sentido leste do país e a capacidade de armazenamento do Sistema Aquífero Urucuia mostram a importância da contribuição da água subterrânea no fluxo de base que sustenta o rio São Francisco, por exemplo, estimada em 730 m³/s. Essa contribuição representa em média 30% da vazão do rio, e atinge entre 80% e 90% nos períodos de estiagem da bacia. A contribuição para oeste, na bacia do Tocantins, é estimada em 215 m³/s. Essa contribuição representa em média 30% da vazão do rio, e atinge entre 80% e 90% nos períodos de estiagem da bacia. A contribuição para oeste, na bacia do Tocantins, é estimada em 215 m³/s. Ainda podem ser adicionados em torno de 76 milhões de hectares irrigados quando considerado o potencial irrigável no Brasil. O Centro-Oeste se destaca por concentrar 43,1% das áreas de alta aptidão para irrigação e por 34,2% das áreas de aptidão alta-média. As séries históricas demonstram incrementos anuais de área irrigada no Brasil nas últimas décadas, principalmente nos últimos anos, indicando maior aproveitamento desse potencial a cada ano. Tal incremento demanda ações de planejamento e controle que visem a minimização de conflitos pelo uso da água.

Vegetação

Vegetação é um termo geral para a vida vegetal de uma região; isso se refere às formas de vida que cobrem os solos, as estruturas espaciais ou qualquer outra medida específica ou geográfica que possua características botânicas. É mais amplo que o termo flora, que se refere exclusivamente à composição das espécies. É o conjunto de plantas nativas de certo local que se encontram em qualquer área terrestre, desde que nesta localidade haja condições para o seu desenvolvimento. Tais condições são: luminosidade, calor, umidade e solos favoráveis, nos quais é indispensável a água.

Além de possibilitar a existência da vegetação, esses fatores também condicionam suas características. A vegetação suporta funções críticas na biosfera, em todas as possíveis escalas espaciais. Primeiro, a vegetação regula o fluxo de numerosos ciclos biogeoquímicos, mais criticamente as de água, de carbono e nitrogênio, além de ser um fator importante nos balanços energéticos. Esses ciclos são importantes não somente para os padrões globais de vegetação, mas também para os de clima. Em segundo lugar, a vegetação afeta as características do solo, incluindo seu volume, sua química e textura, por meio da produtividade e da estrutura da vegetação. Vegetação é também extremamente importante para a economia mundial, em especial no uso de combustíveis fósseis como fonte de energia, mas também na produção mundial de alimentos, madeira, combustível e outros materiais.

Talvez o mais importante, e muitas vezes esquecido, na vegetação global (incluindo para algumas comunidades) tem sido a principal fonte de oxigênio na atmosfera, permitindo que o sistema de metabolismo aeróbico evolua e persista. Finalmente, a vegetação é psicologicamente importante para o homem, que evoluiu quando em contato direto com a dependência da vegetação, através de alimento, abrigo e remédios.

A distinção entre vegetação (a aparência geral de uma comunidade de plantas) e flora (a composição taxômica de espécies de uma comunidade de plantas) foi feita por Jules Thurmann (1849). Anteriormente, os dois termos (vegetação e flora) eram usados indiscriminadamente, e ainda são, em alguns contextos. Augustin de Candolle (1820) também fez uma distinção parecida, usando, porém, os termos "station" (tipo de habitat) e "habitation" (região botânica). A ideia de vegetação influenciaria, mais tarde, o conceito de bioma, com a inclusão do elemento animal.

Outros conceitos similares a vegetação incluem "fisionomia da vegetação" (Humboldt, 1805, 1807) e "formação" (Grisebach, 1838, derivado de "Vegetationsform", Martius, 1824).

Afastando-se da taxonomia de Lineu, Humboldt estabeleceu uma nova ciência, dividindo a fitogeografia entre taxonomistas (botânicos) que estudavam plantas como táxons e geógrafos que estudavam plantas como vegetação. A abordagem fisionômica no estudo da vegetação é comum entre biogeógrafos trabalhando com vegetações numa escala global, ou quando há escassez de conhecimento taxonômico de uma determinada área (ex., nos trópicos, em que a biodiversidade é relativamente alte).

O conceito de "tipo de vegetação" é mais ambíguo. Certos autores utilizam-no para se referir a tipos de fisionomia, enquanto outros incluem aspectos florísticos e ecológicos. Além disso, o estudo da vegetação, na abordagem

da fitossociologia, depende de uma unidade fundamental, as associações vegetais (grupos de espécies), definidas pela flora.

Um esquema de classificação de vegetação influente, claro e simples foi feito por Wagner & von Sydow (1888). Outros importantes trabalhos com uma abordagem fisionômica incluem: Grisebach (1872), Schimper (1898), Warming (1895, 1909), Tansley e Chipp (1926), Rübel (1930) e Küchler (1967), Ellenberg e Mueller-Dombois (1967).

Grande parte do trabalho sobre a classificação vegetativa provém de ecologistas europeus e norte-americanos, e eles possuem diferentes abordagens. Na América do Norte, os tipos de vegetação são baseados em uma combinações dos seguintes critérios: clima padrão, comportamento do vegetal, fenologia e/ou formulário do crescimento, e espécies dominantes. Na Europa, a classificação baseia-se frequentemente, por vezes inteiramente, na atenção em relação à composição florística (espécie) sozinha, sem referência explícita ao clima, ao crescimento de fenologia ou outras formas. Na forma da América, os níveis hierárquicos, da forma mais geral à mais específica, são os seguintes: sistema, classe, subclasse, grupo, formação, aliança, associação.

Os vegetais necessitam de quantidades de água ou humidade variáveis. Dessa forma, pode se classificar três tipos de vegetação quanto à humidade:

Vegetação hidrófila: Vegetação adaptada à grande umidade. As raizes desses vegetais são pequenas e as suas folhas são grandes para facilitar a evapotranspiração, além de possuírem caules bastantes desenvolvidos. Exemplo: Bananeira.

Vegetação xerófila: Vegetação adaptada à aridez. Possui raízes compridas, aprofundando-se bastante no solo para buscar água. Apresenta folhas pequenas e muitas vezes cobertas de ceras, para diminuir a evaporação (perda de água). Possuem também, folhas em forma de espinhos para diminuir a evaporação. Exemplo: Caatinga.

Vegetação tropófila: Vegetação adaptada à variações de humidade, segundo a estação, seca ou chuvosa. As plantas são de características caducifólios (plantas que perdem as folhas em estações secas ou frias). Exemplo: Cerrados

A principal característica da vegetação mundial é a sua estrutura tridimensional, por vezes referida como a sua fisionomia, ou arquitetura. A maioria das pessoas tem uma compreensão dessa ideia através da sua familiaridade com termos como "selva", "mata", "pradaria" ou "várzea"; estes termos evocam uma imagem mental de como é essa aparência vegetacional.

Então, "prados" são relvadas, "região tropical" são densas florestas tropicais do mundo, "regiões altas e escuras", savanas de árvores com paisagem coberta de ervas, etc.

Obviamente, uma floresta tem uma estrutura muito diferente da de um deserto ou um quintal gramado.

Os ecologistas possuem uma visão de estrutura em níveis mais detalhados do que isso, mas o princípio é o mesmo. Assim, uma floresta nunca é completamente igual a outra em relação á sua estrutura; as florestas tropicais são muito diferentes das florestas da savana, que diferem das florestas do alpino. As florestas subtropicais brasileiras, por exemplo, possui suas diferenças se comparadas às florestas tropicais, etc.

A estrutura é determinada por uma combinação de interação em fatores históricos e ambientais, e de composição de espécies. Entre a formação da estrutura, conta principalmente a distribuição de vegetais, a altitude e, algumas vezes o clima.

Geografia econômica

A geografia econômica é o estudo da localização, distribuição e organização espacial das atividades econômicas na Terra. A geografia econômica está focada na: - localização de indústrias e atividades comerciais no atacado e varejo; - em rotas comerciais e de transporte; e nas mudanças de valor do mercado imobiliário. Cursos em geografia econômica podem abranger tópicos como transporte, agricultura, localização industrial, comércio internacional, e a organização espacial e funções das atividades de negociação

Área de estudo

A economia de uma área geográfica pode ser influenciada pelo clima, pela geologia, e pelos fatores político-sociais. A Geologia pode afetar a disponibilidade de recursos, o custo de transporte e as decisões sobre o uso da terra. O clima pode influenciar a disponibilidade de recursos naturais (particularmente os produtos agrícolas e florestais), e as condições de trabalho e produtividade. As instituições político-sociais que são únicas para uma região têm, também, impacto nas decisões econômicas.

Os pesquisadores em geografia econômica focam seus estudos em aspetos espaciais das atividades econômicas em várias escalas. A distância da cidade (ou Distrito Central de Negócios) como um mercado com demanda para

diversos produtos tem papel significativo nas decisões econômicas das empresas, enquanto outros fatores como acesso ao mar (portos marítimos), ou a presença de matéria prima como petróleo afetam as condições econômicas dos países. Singapura, por exemplo, ocupa uma posição chave como um porto marítimo, enquanto a riqueza da Arábia Saudita depende em praticamente tudo do petróleo.

No mundo atual a localização, distribuição e carácter das atividades econômicas é muito influenciada pela globalização. Os estados e suas fronteiras representam papéis menos significativos, já que muitos países tendem a eliminar os efeitos das divisões territoriais e estreitar acordos de cooperação mutua com outros países em regiões adjacentes. Um exemplo importante e bastante conhecido mundialmente é a Uniao Europeia. Além desta, existem também o Mercosul, na América Latina.

Abordagem de Estudo

Geografia Econômica Teórica enfatiza a construção de teorias sobre arranjos espaciais e distribuição das atividades econômicas.

Geografia Econômica Histórica examina a história e o desenvolvimento espacial da estrutura econômica.

Geografia Econômica Regional examina as condições econômicas de determinadas regiões ou países, lidando também com o processo de regionalização econômica.

Subdivisão

A geografia econômica pode ser sub-dividida nas seguintes disciplinas:

Geografia agrária

Geografia Industrial

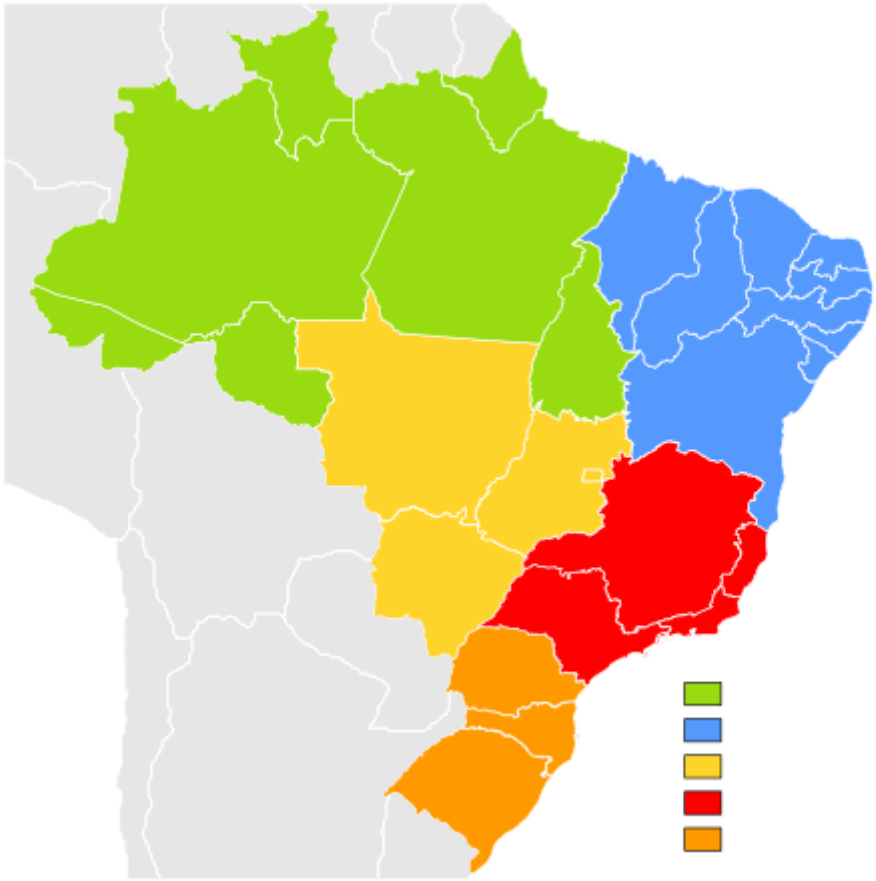
Geografia dos Serviços

Geografia dos Transportes

outros

Porém, suas áreas de estudo podem se sobrepor, ou ser avaliadas individualmente.

Regiões do Brasil



As regiões do Brasil são agrupamentos das unidades da federação em regiões com o propósito de ajudar as interpretações estatísticas, implantar sistemas de gestão de funções públicas de interesse comum ou orientar a aplicação de políticas públicas dos governos federal e estadual. Atualmente no Brasil, existem cinco regiões oficiais: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

As regiões, mesmo quando definidas por lei, não possuem personalidade jurídica própria, nem os cidadãos elegem representantes da região. Não há, portanto, qualquer tipo de autonomia política das regiões brasileiras como há em outros países.

A primeira proposta de divisão do Brasil em grandes regiões data de 1913, para ser usada no ensino de geografia. Nesta primeira versão, o Brasil foi dividido nas regiões Setentrional (AM, PA e Território do Acre), Norte Oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL), Central (MT e GO), Oriental (SE, BA, M G, ES, RJ e o DF) e Meridional (SP, PR, SC e RS).

Mais tarde, em 1940, o IBGE elaborou um novo estudo de divisão regional, levando em conta também os aspectos socioeconômicos, além dos aspectos físicos. Nesta divisão, Maranhão e Piauí foram acrescentados à região Norte (antiga região Setentrional), o Rio de Janeiro contava como parte da região Sul (antiga região Meridional), e Minas Gerais, junto o Goiás e Mato Grosso, formava a região Centro. Além disso, as regiões Norte Oriental e Oriental mudavam de nome para, respectivamente, Nordeste e Este. Cinco anos depois, já no fim da Era Vargas, uma nova divisão foi feita, levando em conta os novos territórios federais então criados. Nesta divisão de 1945, a região Norte passava a incluir os territórios do Rio Branco, Amapá e Guaporé; a região Nordeste se dividiria em Nordeste Ocidental (MA e PI) e Nordeste Oriental (que ganhava o território de Fernando de Noronha); a região Leste se dividia em Leste Setentrional (BA e SE) e Leste Meridional (MG, ES, RJ e DF); a região Centro mudava de nome para Centro-Oeste e ganhava o território de Ponta-Porã; a região Sul ganhava o território do Iguaçu.

Em 1950, os territórios de Ponta-Porã e do Iguaçu foram extintos e as regiões Nordeste e Leste foram reagrupadas. Em 60, foi criada Brasília e, com isso, o distrito federal passou a ser parte do Centro-Oeste. Em 62, o Acre passou a ser estado e o território do Rio Branco foi batizado como Roraima.

Em 1969, as regiões finalmente ganham os contornos que possuem hoje: Bahia e Sergipe passaram a ser parte do Nordeste, enquanto RJ, ES e MG foram unidos a SP na região Sudeste. Poucos anos depois, o sul de Mato Grosso se torna independente, com o nome de Mato Grosso do Sul, permanecendo parte do Centro-Oeste. Depois disso, apenas algumas mudanças pequenas foram adicionadas, com a Constituição de 88: o norte de Goiás foi separado com o nome de Tocantins e anexado à região Norte; RR, RO e AP passaram de território a estado; Fernando de Noronha passou de território federal a território do estado de Pernambuco.

Outras divisões

Há outra forma de regionalização não oficial criada por especialistas em geografia, na qual o Brasil é dividido em três complexos geoeconômicos, chamados de Amazônia, Nordestee Centro-Sul. Essas regiões não se baseiam em fronteiras mas aspectos histórico-econômicos. Existe ainda a regionalização proposta pelo geógrafo Milton Santos, baseada na diferenciação pelo meio técnico-científico-informacional, que divide o país em quatro regiões.

Regiões

- ✓ Oceano Atlântico
- ✓ Oceano Pacífico
- ✓ Região Norte
- ✓ Região Nordeste
- ✓ Região Centro-Oeste
- ✓ Região Sudeste
- ✓ Região Sul
- ✓ Acre
- ✓ Amazonas
- ✓ Pará
- ✓ Roraima
- ✓ Amapá
- ✓ Rondônia
- ✓ Tocantins
- ✓ Maranhão
- ✓ Bahia
- ✓ Piauí
- ✓ Ceará
- ✓ Rio Grande do Norte
- ✓ Paraíba
- ✓ Pernambuco
- ✓ Alagoas
- ✓ Sergipe
- ✓ Mato Grosso
- ✓ Mato Grosso do Sul
- ✓ Distrito Federal
- ✓ Goiás
- ✓ Minas Gerais
- ✓ São Paulo
- ✓ Rio de Janeiro
- ✓ Espírito Santo
- ✓ Paraná
- ✓ Santa Catarina
- ✓ Rio Grande do Sul

- ✓ Argentina
- ✓ Bolívia
- ✓ Chile
- ✓ Colômbia
- ✓ Guiana Francesa
- ✓ Guiana
- ✓ Paraguai
- ✓ Peru
- ✓ Suriname
- ✓ Uruguai
- ✓ Venezuela

Mapa político do Brasil, mostrando a divisão por estados e regiões.

Norte

A Região Norte é a região que possui a maior área (3 869 637,9 km², ou 45,2% do território nacional) e com população de 16,3 milhões de habitantes. É a região com a menor densidade demográfica (3,77 hab./km², segundo o censo IBGE 2010).

A região possui sete estados:

Acre

Amapá

Amazonas

Pará

Rondônia

Roraima

Tocantins

Nordeste

A Região Nordeste possui um território de 1 556 001 km² (18,2% do território nacional). No qual tem o terceiro maior PIB do Brasil entre as grandes regiões. Sua população é superior a 50 milhões de habitantes.

A região possui nove estados:

Alagoas

Bahia

Ceará

Maranhão

Paraíba

Pernambuco

Piauí

Rio Grande do Norte

Sergipe

Centro-Oeste

Ocupa 18,86% do território brasileiro, com uma área de 1 612 077,2 quilômetros quadrados. Sua população é de cerca de 16 milhões de habitantes.

A região possui três estados mais o distrito federal:

Distrito Federal

Goiás

Mato Grosso

Mato Grosso do Sul

Sudeste

Possui um território de 927 286 km² (10,9% do território nacional). Sua população é de cerca de 80 milhões de habitantes. Possui o maior PIB bem como as duas cidades mais populosas do Brasil: São Paulo, com pouco mais de 11 milhões de habitantes e Rio de Janeiro com cerca de 6 milhões.

A região possui quatro estados:

Espírito Santo

Minas Gerais

Rio de Janeiro

São Paulo

Sul

A Região Sul é a que possui a menor área (575 316 km², ou 6,8% do território nacional) e sua população é de mais de 26 milhões de habitantes, é a segunda região mais rica do país, depois da Região Sudeste, e a que possui o maior IDH, a maior taxa de alfabetização e os melhores níveis de educação, saúde e bem estar social do país.

A região possui três estados:

Paraná

Rio Grande do Sul

Santa Catarina

A Região Centro-Oeste é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE em 1969. É formada por três estados: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mais o Distrito Federal, onde se localiza Brasília, a capital do país e a cidade mais populosa da região.

Com uma área de 1 606 403,506 km², o Centro-Oeste é a segunda maior região do Brasil em superfície territorial, superada apenas pela Região Norte, sendo um pouco maior que a área do estado do Amazonas ou da Região Nordeste. Por outro lado, é a região menos populosa e possui a segunda menor densidade populacional. Por esse motivo, apresenta algumas concentrações urbanas e grandes vazios demográficos.

Das regiões brasileiras, o Centro-Oeste é a única que faz limite com todas as demais e, ao mesmo tempo, a mais interiorana do país, sendo a única que não possui litoral.

A Região Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. Possui área equivalente à da Mongólia ou do estado do Amazonas, população equivalente à da Itália e um IDH médio, comparável com El Salvador (dados de 2010). Em comparação com as outras regiões brasileiras, tem a segunda maior população, o terceiro maior território, o segundo maior colégio eleitoral (36 727 931 eleitores em 2010), o menor IDH (2010) e o terceiro maior PIB (2009).

É a região brasileira que possui o maior número de estados (nove no total): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em função de suas diferentes características físicas, a região é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata, tendo níveis muito variados de desenvolvimento humano ao longo de suas zonas geográficas.

A região Nordeste foi o berço da colonização portuguesa no país, de 1500 até 1532, devido ao descobrimento por Pedro Álvares Cabral e a posterior colonização exploratória, que consistia, em suma, na extração de pau-brasil, cuja tinta da madeira era utilizada para tingir as roupas da nobreza europeia. Com a criação das capitanias hereditárias, foi fundada a Vila de Olinda, e, anos mais tarde, deu-se o início da construção da primeira capital do Brasil, Salvador, em 1549. Desde o início, foi criado o governo-geral no país com a posse de Tomé de Sousa. O Nordeste foi também o centro financeiro do Brasil até meados do século XVIII, uma vez que a Capitania de Pernambuco foi o principal centro produtivo da colônia e Recife a cidade de maior importância econômica.

A Região Norte é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. Com uma área de 3 853 676,948 km² - a maior entre as cinco regiões - cobre 45,25% do território nacional, sendo superior à área da Índia e pouco inferior à União Europeia. Se fosse um país, seria o 7º maior do mundo em área. Sua população, também de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 18,1 milhões de habitantes em 2018, equivalente à população do Chile. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 683, é considerado médio e, em comparação com as outras regiões brasileiras, tem o segundo menor IDH, superando apenas a Região Nordeste.

É formada por sete estados, sendo estes: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Suas maiores e principais cidades são Manaus e Belém, as únicas na macrorregião que possuem população superior a um milhão de habitantes. Porto Velho, Macapá, Palmas, Rio Branco, e Boa Vista são outros importantes centros regionais. Está localizada na região geoeconômica da Amazônia, entre o Maciço das Guianas (ao norte), o planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes(a oeste) e o oceano Atlântico (a nordeste). O clima predominante na região é o equatorial, além de algumas regiões de clima tropical. A região é dominada por um importante ecossistema para o planeta: a Amazônia. Registra-se também, pequenas faixas de mangue no litoral, alguns pontos de cerrado e também alguns pontos de matas galerias. A latitude e o relevo explicam a temperatura; a temperatura e os ventos explicam

a umidade e o volume dos rios; e o clima e a umidade, somados, são responsáveis pela existência da mais extensa, variada e densa floresta do planeta, ou seja, a Floresta Amazônica.

A região abriga os dois maiores estados em território no país, Amazonas e Pará. Além destes, os dez maiores municípios em área territorial (quatro no estado do Pará e seis no estado do Amazonas), também estão situados na Região Norte. Outros feitos também são congratulados, como a capital brasileira com maior área, Porto Velho, o segundo rio mais extenso do mundo, Rio Amazonas, e o ponto culminante do Brasil, o Pico da Neblina.

A região Sudeste do Brasil é a segunda menor região do país, sendo maior apenas que a região Sul. A área real ocupa aproximadamente 924 620 km², 1/10 da superfície do Brasil. É composta por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Limita-se ao norte e a nordeste com a Bahia; ao sul e a leste com o oceano Atlântico; a sudoeste com o Paraná; a oeste com Mato Grosso do Sul; a noroeste com Goiás e o Distrito Federal.

É a região mais desenvolvida do país, responsável por 55,2% do PIB brasileiro. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais lideram em termos de PIB Nominal. No que tange a PIB per capita, o Sudeste do Brasil tem o maior entre todas as regiões brasileiras: R$ 28 350,39. Pode-se observar três estados figurando entre os cinco primeiros com maiores PIB per capita do Brasil, respectivamente: São Paulo (2º), Rio de Janeiro (3º) e Espírito Santo (5º), oito entre os dez primeiros municípios de todo o país, e três entre as quatro primeiras capitais brasileiras, Vitória (1º), São Paulo (3º) e Rio de Janeiro (4º). Nele estão os municípios mais populosos, a maior densidade populacional, os maiores depósitos de minério de ferro, a maior rede rodoferroviária e o maior complexo portuário da América Latina. É a mais importante região industrial, comercial e financeira do país. Emprega 80% do operariado brasileiro e usa 85% do total da energia elétrica consumida no Brasil.

O relevo é bastante acidentado, com predominância de planaltos. O clima é tropical, entre temperado e quente, com grandes variações locais. Algumas áreas têm vegetação pobre e rasteira; outras são cobertas por florestas tropicais úmidas. A região é um verdadeiro centro dispersor de águas. Há várias bacias fluviais, com rios correndo em várias direções.

A região Sudeste começou a ser colonizada pelos portugueses no século XVI. A primeira vila, São Vicente, foi fundada em 1532. O desenvolvimento da região começou a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVIII. Em 1763, o porto do Rio de Janeiro, por onde escoava o ouro, passou a

capital do Brasil. Brasília, em 1960. No início do século XX, a expansão da lavoura do café transformou São Paulo no maior centro econômico do Brasil.

A região Sudeste possui uma população de aproximadamente 85 milhões de habitantes, de forma que 44% da população brasileira mora no Sudeste (muito embora 1/3 dos habitantes, cerca de 28 milhões de pessoas, não nasceram na região). A região reúne os três primeiros estados do país em população: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Sudeste ainda é a região mais densamente povoada do Brasil, atingindo a marca de 84,21 hab./km² em 2010 (enquanto a média brasileira, de 23,01 hab./km², é uma das mais baixas do mundo).

O Sudeste é a região mais populosa do Brasil e ocupa 10,85% do território brasileiro. Altamente urbanizada (90,5% da população vivem em zonas urbanas), abriga duas metrópoles globais, São Paulo e Rio de Janeiro. A região é também o maior colégio eleitoral do Brasil. A região Sudeste também apresenta índices sociais relativamente elevados: possui a segunda maior qualidade de vida do país, verificado por seu IDH de 0,753 e possuindo quinze dentre as vinte cidades melhores rankeadas, com destaque para São Caetano do Sul-SP (1º), Águas de São Pedro-SP (2º), Vitória-ES (4º) — segunda melhor entre todas as capitais —, Santos-SP (6º) e Niterói-RJ (7º)

A Região Sul do Brasil é a menor das cinco regiões do país, com área territorial de 576 774,31 km²,sendo maior que a área da França metropolitana e menor que o estado brasileiro de Minas Gerais. Faz parte da Região Centro-Sul do Brasil. Divide-se em três unidades federativas: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo limitada ao norte pelos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, ao sul pelo Uruguai, a oeste pelo Paraguai e pela Argentina, além de ser banhada a leste pelas águas do Oceano Atlântico. É única região brasileira localizada na porção sul abaixo da zona tropical, com as estações do ano variando nitidamente; contudo, a parte norte situa-se acima do Trópico de Capricórnio. No inverno, caem geadas e, com maior raridade, neve. O relevo da Região Sul tem uma pequena quantidade de acidentes geográficos, predominando um grande planalto, geralmente, de pequena elevação.

Sua maior característica é o modo de colonização e o tipo de colonizadores recebidos. A Região Sul começou a ser colonizada durante os séculos XVII e XVIII. Em 1648, os portugueses foram os fundadores da vila de Paranaguá, a mais antiga cidade da Região Sul e do Paraná. As populações alóctones recebidas pela região foram uma pequena quantidade de escravos africanos, porém, uma grande quantidade de imigrantes vieram do Uruguai, da Argentina, dos Açores, da Espanha, da Alemanha, da Itália, da Polônia, da Ucrânia, dos Países Baixos, entre outros. A característica populacional dada pelos europeus que contribuíram para o processo de formação da sociedade brasileira do século XIX foi a predominante etnia caucasiana, sendo deixadas

na paisagem características dos países de onde originaram (casas, transportes, uso do solo). Os europeus foram os introdutores do sistema de pequenas e médias fazendas. A ciência agrícola trazida da Europa para o Sul do Brasil foi a viticultura, adaptada à Serra Gaúcha.

A população das cidades da Região Sul cresceu muito nos anos mais recentes. As cidades mais populosas são, em ordem de quantidade de moradores, Curitiba e Porto Alegre. O desenvolvimento industrial foi iniciado nas décadas mais recentes principalmente no Rio Grande do Sul, nordeste de Santa Catarina e Região Metropolitana de Curitiba. Na região de Criciúma, em Santa Catarina, estão localizadas quase a totalidade das reservas de exploração de carvão no Brasil. O potencial energético, que as inúmeras cachoeiras dos rios das bacias hidrográficas do Paraná e do Uruguai representam, hoje se aproveita muito nas usinas hidrelétricas como a de Machadinho, próximo a Piratuba.

A Região Sul propriamente dita é um grande polo turístico, econômico e cultural, abrangendo grande influência europeia, principalmente de origem italiana e germânica. Apresenta índices sociais acima da média brasileira e das demais regiões em vários aspectos: possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, 0,756, e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país. A região é também a mais alfabetizada, 95,2% da população, e a com menor incidência de pobreza. Sua história é marcada pela grande imigração europeia, pela Guerra dos Farrapos, e pela Revolução Federalista, com seu principal evento o Cerco da Lapa. Outra revolta ocorrida na história da região foi a Guerra do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916.

Visão geral

Aspectos físicos: A Região Sul é a mais fria do Brasil, sendo de clima subtropical. Suas principais formações vegetais são a Mata Atlântica, as Matas de Araucárias e Matas Ciliares. Suas formações de relevo são planícies, depressões, com planaltos meridionais e atlântico. Quanto à hidrografia, há quatro rios e três bacias, sendo capaz o bastante para a produção de energia.

Muita população em pouca área: a região ocupa 6,8% do território nacional, no entanto, tem uma grande população. A densidade demográfica conferida pelos seus 28,7 milhões de habitantes é de 49,9 hab./km². Numa região relativamente desenvolvida em uniformidade nos setores primários, secundário e terciário, essa população demonstra os índices de alfabetização de maior elevação em conformidade com os registros feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Localizado na parte meridional do Trópico de Capricórnio: Única região do Brasil que situa-se quase por inteiro em clima subtropical, o Sul é a região de menor temperatura do Brasil, com sujeição a geadas e até mesmo, em certos lugares, neves cadentes. As estações do ano tem boa definição e as chuvas, geralmente, são distribuídas em uniformidade no decorrer do ano.

Paisagens geoeconômicas com grande diferença: Na vegetação original, eram diferenciadas ambas as áreas: a de florestas e a de campos. A inicial, que os imigrantes da Alemanha, da Itália e do Leste Europeu colonizaram, adquiriu uma aparência europeia, com pequenas e médias fazendas que voltam-se para a policultura. A região de campos, contrariamente, que os latifundiários ocuparam desde o Brasil Colônia, utilizou-se, no início, para a pecuária extensiva (criar gado fora do estábulo), posteriormente, da mesma forma, para cultivar trigo e soja.

Atualmente, além dessas ambas as pastagens, existem também as regiões de indústria e urbanização, destacando-se as regiões de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e de Curitiba, no Paraná. E também o pólo metal-mecânico de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, segundo maior do Brasil e um dos maiores da América Latina, sede de grandes empresas do setor, como a Marcopolo, a Randon e a Agrale. E no norte e nordeste de Santa Catarina com cidades como Joinville e Blumenau com uma indústria têxtil, logística e metal-mecânica.

Também diferenciada das regiões florestais e campestres é o norte do Paraná, região estadual a qual tem maior relação com a economia da Região Sudeste do Brasil. Sendo uma região de passagem que estende-se do limite sul do estado de São Paulo até o limite norte da parte de clima subtropical da Região Sul do Brasil, sua colonização tem ligação à economia paulista que expandiu-se em território paranaense.

Apesar dessa distinção, estas paisagens geoeconômicas integram-se, o que torna possível a caracterização da região como a de maior uniformidade do Brasil em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Geomorfologia

A região está em sua maior parte em zona temperada, enquanto sua parte norte, no norte do Paraná, está localizada em zona tropical. O clima encontra-se apresentado com uniformidade, variando pouco. Suas paisagens de contraste são apresentadas quase sempre pelos demais elementos que pertencem à natureza sul-brasileira: relevo com extensão de planaltos e planícies de menor comprimento, hidrografia com bacias fluviais

de maior tamanho (a do Paraná e a do Uruguai) e as demais de tamanho pequeno, e vegetação na qual há florestas alternadas com campos. Sendo continuamente considerados estes contrastes, será compreendido com maior facilidade o quadro natural da região.

O relevo sul-brasileiro encontra-se sob o domínio, na maioria do seu território, de ambas as divisões do planalto Brasileiro: o planalto Atlântico (ou Serras e Planaltos do Leste e do Sudeste) e o planalto Meridional. Nesta região, o planalto Atlântico denomina-se planalto Cristalino, e o Meridional subdivide-se em ambas as porções: Arenito-basáltico e depressão Periférica. Na região aparecem ainda certas planícies. O ponto mais elevado da região sul é o Pico Paraná, com 1922 metros de altitude. Porém o Morro da Igreja, em Santa Catarina, possui 1.822 metros de altitude, sendo o ponto habitado mais alto da região Sul e onde foi registrada, não oficialmente, a temperatura mais baixa do Brasil: -17,8 °C, em 29 de junho de 1996.

As mais importantes unidades geomorfológicas da Região Sul do Brasil são:

Planalto Cristalino: Encontra-se apresentado com grande largura no Paraná, no qual sua escarpa que volta-se para o mar é o acidente formador da serra do Mar, e torna-se afunilado em Santa Catarina. Suas elevações são os aspectos formadores dos "mares de morros", forma de relevo característica do planalto Atlântico.

Planalto Meridional: Reveste a maioria do território sul-brasileiro, sendo alternadas extensas camadas intercaladas de arenitocom basalto. O basalto é uma rocha extrusiva originária dos vulcões, que forma solos de terra roxa, de grande fertilidade. No Sul, com exceção do norte do Paraná, há uma pequena quantidade de regiões possuidoras de tais solos, porque na maioria das vezes os arenitos recobrem as rochas basálticas.

A elevação mais destacada no planalto Meridional é a serra Geral que, no Paraná e em Santa Catarina, é visível na parte de trás da serra do Mar, porém no Rio Grande do Sul acaba juntamente à costa, sendo a unidade geomorfológica formadora de falésias como as que são visíveis nos balneários da cidade de Torres, município gaúcho.

Para caracterizar mais facilmente essa unidade geomorfológica, divide-se habitualmente em ambas as partes: planalto Arenito-basáltico e depressão Periférica.

Planalto Arenito-Basáltico: Nele, o basalto (de maior dureza) e o arenito, diferentemente resistentes à erosão, são os formadores das cuestas, que chamam-se localmente de "serras", exemplificando, a serra Geral, em Santa Catarina.

Depressão Periférica: Unidade geomorfológica de pouco comprimento e altitude que chama-se planalto dos Campos Gerais ou segundo planalto paranaense, no Paraná, e depressão Central, no Rio Grande do Sul.

Escudo Sul-Rio-Grandense: Planalto o qual chama-se Serras de Sudeste, localizado no sudeste do Rio Grande do Sul, caracteriza-se pelas coxilhas, os quais são formas de relevo com ondulações de colinas.

A região possui ainda vales menores, os quais encaixam-se em ambos os imensos planaltos (Cristalino e Meridional) e uma extensão de planície litorânea, juntamente à costa. No Paraná, a planície mais destacada é a Baixada Paranaense e, no Rio Grande do Sul, são salientadas as presentes restingas que servem de "fechamento" de enseadas e que são formações de lagoas litorâneas, como a lagoa dos Patos e a lagoa Mirim. Em Santa Catarina, a planície litorânea tem pouco comprimento, acima de tudo no norte, e dessa forma é continuada pelo litoral do Paraná, pelo no qual são formados balneários, dunas ou ainda restingas

Fusos horários no Brasil

Os fusos horários no Brasil são quatro: UTC-2, UTC-3, UTC-4 e UTC-5.

Quatro são os Estados que possuem mais de um fuso horário em seu território: AM, PE, RN, ES, e extraoficialmente MT.

O horário de verão somente é observado nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Em 2010, surgiu uma proposta para mudar todo o país para uma única diferença com o UTC, tendo o Horário de Brasíliacomo base. Mas tal proposta foi desconsiderada.

O território brasileiro, incluindo as ilhas oceânicas, possui quatro fusos horários, todos a oeste do Meridiano de Greenwich(longitude 0º). Em cada faixa de 15 graus entre pares de meridianos, ocorre a variação de uma hora – isso significa que as horas adotadas no Brasil variam de duas a cinco horas a menos em relação ao Tempo Universal Coordenado (UTC).

O primeiro fuso (UTC-2; longitude 30°W) está a duas horas antes que o UTC, e uma hora a mais de Brasília.

O segundo fuso (UTC-3; longitude 45°W) está a três horas a menos do UTC, e é considerada a hora padrão brasileira.

O terceiro fuso horário (UTC-4; longitude 60°W) está a quatro horas a menos do UTC, e uma hora a menos de Brasília.

O quarto fuso horário (UTC-5; longitude 75°W), que está a cinco horas a menos em relação à UTC, deixou de ser observado a 24 de abril de 2008, quando a Lei Federal nº 11.662 reduziu a quantidade de fusos horários observados no Brasil a três. Entretanto, desde 30 de outubro de 2013, este fuso horário voltou à observância.

A seguir os fusos horários observados no Brasil:

UTC-2 (Hora de Fernando de Noronha):

Atol das Rocas (Rio Grande do Norte).

Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo (Pernambuco).

Trindade e Martim Vaz (Espírito Santo).

UTC-3 (Hora de Brasília):

Distrito Federal.

Regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Estados de Goiás, Tocantins, Pará e Amapá.

UTC-4 (Hora da Amazônia):

Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e quase todo o Estado do Amazonas (exceto treze municípios sul-ocidentais listados abaixo).

UTC-5 (Hora do Acre):

Estado do Acre.

Treze municípios no sudoeste do Estado do Amazonas: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Jutaí, Lábrea, Pauini, São Paulo de Olivença e Tabatinga.

O Estado do Pará possuía dois fusos horários diferentes, cabendo à parte oriental do Estado (Belém) a Hora de Brasília (UTC-3), enquanto à parte ocidental (Santarém) cabia a Hora da Amazônia (UTC-4). A limitação, em sentido norte–sul, era pelos rios Jari e Xingu, e também um trecho do Rio Amazonas.

Em relação ao Estado do Acre, o Decreto Legislativo n.° 900/2009 convocou referendo, a ser realizado juntamente com as Eleições de 2010, para verificar a alteração do horário legal promovida no Estado. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre definiu que o pleito fosse realizado no dia 31 de outubro de 2010, juntamente ao segundo turno das eleições. A lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff somente em 30 de outubro de 2013, determinando, a partir de 10 de novembro de 2013, a volta do quarto fuso horário brasileiro no estado acriano e em mais treze municípios amazonenses, conforme o resultado do referendo realizado em 2010. Este fuso está duas horas antes do Horário de Brasília (sendo três horas durante a observância do horário de verão), e cinco horas antes do UTC.

Horário de verão

Desde 1985 o Brasil adota continuamente o horário de verão, no qual os relógios de parte dos estados são adiantados em uma hora num determinado período do ano. No período compreendido entre o primeiro domingo de novembro, ao terceiro domingo de fevereiro, é estabelecido o horário de verão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Nesses lugares, durante o verão, a duração do dia é significativamente maior do que a duração da noite, pois a mudança de horário retarda a entrada elétrica, quanto ao pico de consumo de energia elétrica, quando as luzes das casas são acesas. Com isso o governo espera diminuir em 1% o consumo nacional de energia. Nos outros estados, a pequena diferença de duração entre o dia e noite em todas as estações do ano, não favorece a adoção do novo horário.

Em 2011, o estado nordestino da Bahia aderiu à medida, mas em 2012 a abandonou. No entanto, esse mesmo ano o estado do Tocantins adotou o horário de verão, mas em 2013 abandonou a prática, retornando ao uso do horário padrão durante todo o ano.